

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

COMPOSIÇÃO DO EDITAL:

	PREÂMBULO
1	DO OBJETO
2	DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME
3	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
4	DO CREDENCIAMENTO
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7	DA PROPOSTA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
9	DA HABILITAÇÃO
10	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
11	DOS RECURSOS
12	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
15	DA ADJUDICAÇÃO
16	DA HOMOLOGAÇÃO
17	DA FORMA DE EXECUÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO
18	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
19	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
21	DO PAGAMENTO
22	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
24	DOS ANEXOS
25	DO FORO

ANEXOS:

I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	PLANILHA DE DADOS DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

PREÂMBULO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS**, situado na Av. Fernandes Lima, 1047, Farol, Maceió/AL, CEP: 57.055-903, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 4/2020, publicada no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal em 08 de janeiro de 2020, torna público para o conhecimento dos interessados, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, o qual será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 68.118/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será conduzido por servidor integrante do quadro deste Tribunal, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no sistema “COMPRASNET”, constante na página eletrônica www.comprasgovernamentais.gov.br, em cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos, utilizarão os recursos de segurança: criptografia e autenticação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de bens permanentes, visando atender às necessidades deste Tribunal de Contas do Estado Alagoas – TCE/AL, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 10.024/2019, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

LOCAL: <http://comprasgovernamentais.gov.br>

DATA DA SESSÃO: 5 de março de 2020.

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília).

UASG: 925473 – Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL.

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.3. Nos casos de indisponibilidade de acesso do Pregoeiro à sala de disputa de lances, no sistema “COMPRASNET”, que impeça o início da disputa até àsh será aplicada a regra do subitem anterior.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação **exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada, e art. 6º, do

Decreto nº 8.538/2015, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.2.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.2.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.2.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.2.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.2.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; e

3.2.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 2, de 16 de setembro de 2009.

3.3. Empresas não credenciadas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste Pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SLTI/MP nº. 02, de 2009.

3.4. Como requisito para participação do Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

3.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não se responsabilizando o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

3.6. Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações:

- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este Tribunal de Contas, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93;
- b) empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002;
- c) empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/93;

- d) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f) quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº. 8.666, de 1993; e
- g) que não atendam às condições deste Edital e seus anexos.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (arts. 9º a 11 do Decreto nº 10.024/2019), sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.

4.3. O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, que ocorrerá a partir do dia **13.02.2020, até as 10h00 do dia 05.03.2020.**

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante; e

6.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA PROPOSTA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ÍTEM**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.21.1. no país;

7.21.2. por empresas brasileiras;

7.21.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.10. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.10.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Contas do Estado do Estado de Alagoas, situado à Av. Fernandes Lima, 1047, Farol, Maceió/AL, CEP: 57.055-903.

8.10.2. O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta cláusula, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, os documentos relacionados no **item 15 do Anexo I** - Termo de Referência, assim como, os constantes na legislação vigente.

9.3. A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o Pregoeiro considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento, exceto a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ambas com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº. 8.302/2014;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz. Tal dispositivo não é válido para a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária, para a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e para a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

13.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@tce.al.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. Fernandes Lima, 1047, Farol, Maceió/AL, CEP 57.055-903.

13.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

13.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15. DA ADJUDICAÇÃO

15.1. A Adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo Pregoeiro no final da sessão e registrada em ata, após recebidos os envelopes contendo a documentação e a nova proposta adequada ao valor dos lances ofertados. Em caso de recurso, a adjudicação será procedida pela autoridade mencionada no **item 16** deste Edital.

15.2. Após a adjudicação realizada pelo Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente, para fins de homologação.

16. DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. A Homologação da Adjudicação do objeto ao licitante vencedor, nesta licitação, será feita pelo Exmº. Senhor Conselheiro Presidente deste Tribunal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

17. DO FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

17.1. De acordo com os dispostos nos **itens 09 e 10** do ANEXO I – Termo de Referência.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas para o exercício de 2020, nas classificações abaixo:

Atividade: 01.032.0002.2005 – Manutenção do Tribunal de Contas
Elementos de Despesas: 33.90.30 – 00 – Material de Consumo

Atividade: 01.032.0002.3120 – Manutenção do Tribunal de Contas
Elementos de Despesas: 44.90.52 – 00 – Equipamentos e Material Permanente

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO

19.1. De acordo com os dispostos no **item 12** do ANEXO I – Termo de Referência

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. De acordo com os dispostos no **item 11** do ANEXO I – Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1 De acordo com os dispostos no **item 16** do ANEXO I – Termo de Referência.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. De acordo com os dispostos no **item 20** do ANEXO I – Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A participação nesta licitação implica a plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

23.2. O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas se reserva o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.3. Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 08h às 13h, de segunda a sexta-feira, **exclusivamente** através do e-mail: cpl@tce.al.gov.br.

23.4. Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

23.5. Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no site oficial deste Tribunal: www.tce.al.gov.br.

24. DOS ANEXOS

24.1. Constituem anexos deste Edital:

24.1.1. Anexo I: Termo de Referência;

24.1.2. Anexo II: Planilha de Dados da Empresa.

25. DO FORO

25.1. As questões decorrentes deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro do Juízo Estadual, Comarca de Maceió-Alagoas, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer litígios e/ou dúvidas oriundas deste Edital.

Maceió/AL, 12 de fevereiro de 2020.

CLÁUDIO CORREIA
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de 01 (um) Seladora para papel Autoclave, 1(um) Eletrocardiógrafo, 1(um) Régua Antropométrica Pediátrica, 1(um) Cadeira de Rodas, 1 (um) Maca Retrátil de para resgate, 2 (dois) Esfignomamômetros e 1 (um) Eletrodo com bateria para Desfibrilador, visando atender às necessidades dos Setores de Coordenação Médico Odontológico do Tribunal de Contas do Estado Alagoas – TCE/AL, de acordo com especificações constantes no **ITEM 04**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos materiais visa equipar os Setores Médico Odontológicos em sua completude, de modo que possibilite o pronto atendimento clínico nessas atividades específicas.

2.2. Os itens e seus respectivos quantitativos foram determinados conforme pretéritas demandas de pacientes atendidos nos últimos anos, cujos serviços podem ser prestados pelos profissionais efetivos que compõe o quadro desta Corte de Contas.

2.3. Os itens de seladora, eletrocardiógrafo e a régua, serão destinados fisicamente nos próprios setores fins, visto que o uso de tais materiais será efetuado durante o atendimento clínico e/ou odontológico. Quanto aos demais itens, cadeira de rodas e maca retrátil de resgate, a utilização será destinada a demandas eventuais, especialmente em casos emergenciais de assistência imediata.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1. A modalidade de licitação será o PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. Quantidades e especificações:

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant (und)
01	Seladora para papel Autoclave	- SELADORA EMBALAGEM, 7 MATERIAL: POLIPROPILENO, 8 VOLTAGEM: 220 V, 9 FUNCIONAMENTO: MANUAL, 10 APLICAÇÃO: VEDAÇÃO ENVELOPE DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, 11 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLADOR TEMPO DE SOLDA, 12 SELAGEM DE 30 CM	246917	01

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
02	Régua Antropométrica pediátrica	7. DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, 8. TIPO: TIPO RÉGUA, 9. MATERIAL: MADEIRA, 10. ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, 11. FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 1,0 M	442454	01

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
03	Cadeira Rodas de	CADEIRA DE RODAS, h) TIPO FUNCIONAMENTO:MANUAL, i) TIPO CONSTRUTIVO:DOBRÁVEL EM X, j) MATERIAL ESTRUTURA:AÇO INOXIDÁVEL, k) ACABAMENTO ESTRUTURA:PINTURA EPÓXI, l) TIPO USO:LOCOMOÇÃO, m) TAMANHO:ADULTO, n) TIPO ENCOSTO:ENCOSTO RECLINÁVEL, o) APOIO BRAÇO:APOIO BRAÇOS FIXOS, p) ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO:NÁILON, q) TIPO DE PNEU:PNEUS DIANTEIROS GIRATÓRIOS MACIÇOS 6", r) TIPO PNEU TRASEIRO:TRASEIRO FIXO 24", s) APOIO PÉS:APOIO PÉS REMOVÍVEL, t) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01:SISTEMA DE ELEVAÇÃO LINEAR	400780	01

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
04	Carro Maca	<ul style="list-style-type: none"> • MACA CLÍNICA, • MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, • TIPO: CARRO MACA, • ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE: PINTURA EPÓXI, 	402608	01

		<ul style="list-style-type: none"> • ACABAMENTO DAS RODAS: RODAS TERMOPLÁSTICA, • RODAS:4 RODÍZIOS DE 8", • FREIO NOS 4 RODÍZIOS, • COMPRIMENTO: ATÉ 2,10 M, • LARGURA: CERCA DE 0,80 M, • ALTURA: CERCA DE 0,80 M, • COMPONENTES 01:SUPORTE PARA CILINDRO DE O2, • CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, • CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01:GRADES ESCAMOTEÁVEIS 		
--	--	--	--	--

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
05	Esfignomamômetro	ESFIGMOMANÔMETRO, <ul style="list-style-type: none"> • AJUSTE: ANALÓGICO, • ANERÓIDE, • TIPO: DE BRAÇO, • FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, • MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, • TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, • TAMANHO: ADULTO 	432468	02

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
6	Eletrodos Adulto c/ bateria	ELETRODO, <ul style="list-style-type: none"> d) TIPO:CARTUCHO C/ PAR DE ELETRODOS ADESIVOS, e) APLICAÇÃO:COMPATÍVEL C/ DESFIBRILADOR DE A SAMARITAN PAD, f) TIPO USO:P/ ADULTOS OU C/ MAIS DE 25KG 	407996	01

Item	Objeto	Descrição	CATMAT	Quant.
7	Eletrocardiógrafo	ELETROCARDÍOGRAFO, <ul style="list-style-type: none"> • MODELO:PORTÁTIL, • TIPO:PROTEÇÃO CONTRA DE DESCARGA 	415904	01

		<p style="text-align: center;">DESFIBRILADOR,</p> <ul style="list-style-type: none"> • VOLTAGEM:110/220 V, • FUNÇÕES:AJUSTE • SENSIBILIDADE 5,10 E 20MM, • TIPO REGISTRO:3 CANAIS E 12 DERIVAÇÕES, • VELOCIDADE REGISTRO:25 E 50MM/S, • CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: • DETECTA ELETRODO SOLTO E PULSO MARCAPASSO, • ACESSÓRIOS:CABO ALIMENTAÇÃO, • CABO PACIENTE 10 VIAS, • TIPO <p style="text-align: center;">IMPRESSORA:IMPRESSORA INTEGRADA, TÉRMICA,</p> <ul style="list-style-type: none"> • ALTA RESOLUÇÃO, • FREQUÊNCIA:60 HZ 		
--	--	--	--	--

4.2. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo na embalagem, ou em folhetos anexos, todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.

4.3. Caso o objeto ofertado seja importado, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas poderá solicitar ao CONTRATADO, por ocasião da entrega do objeto e junto com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

4.4. É da responsabilidade do CONTRATADO o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. AMOSTRAS

6.1. O TCE-AL poderá requerer o envio de amostra do(s) produto(s) ao CONTRATADO provisoriamente vencedor.

6.1.1. Solicitada a apresentação, esta deverá ocorrer em até 7(sete) dias úteis a contar do julgamento das propostas e fase classificatória, objetivando verificar a sua conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

6.2. As amostras eventualmente solicitadas deverão ser entregues em suas embalagens originais de fabricação e apresentação e deverão estar devidamente identificadas com o nome da licitante habilitada, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, nº de referência, código do produto, modelo e nº do item.

6.3. O(s) item(ns) da amostra deverá(ão) ser entregue(s) pelo CONTRATADO provisoriamente vencedora no Setor Médico-odontológico deste Tribunal, localizado na Av. Fernandes Lima, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 14h.

6.4. O(s) item(ns) apresentado(s) como amostra poderá(ão) ser aberto(s), manuseado, desmontado, receber cortes, secções, vincos ou movimentos nas peças ou sofrer qualquer outro tipo de intervenção que se fizer necessária para testá-lo(s), sendo devolvido ao CONTRATADO no estado em que se encontrar no final da avaliação técnica.

6.5. A facultatividade na apresentação de amostra tem por objetivo a efetiva verificação dos aspectos técnicos exigidos de modo a garantir o pleno atendimento ao interesse público.

6.6. O CONTRATADO que não apresentar a referida amostra no prazo estabelecido nesta condição ou, sendo a mesma incompatível, terá a oferta desconsiderada para efeito de julgamento.

6.7. As amostras serão analisadas tecnicamente pelo Chefe do Setor Médico e Odontológico, o qual rejeitará aquelas que:

1. Apresentarem problemas de funcionamento durante a análise técnica.
2. Não corresponderem à composição, medidas, forma de embalagem e eficiência prevista na descrição do produto.

6.8. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pelo TCE-AL.

07. GARANTIA

7.1. Os objetos deverão apresentar tempo de garantia elencado na descrição do produto em item 04.

7.2. Emitir certificado de garantia em nome do fabricante de período igual ao disposto no subitem anterior.

7.3. O prazo de garantia deve ser contado a partir do recebimento definitivo do objeto, pelo TCE-AL.

7.4. O CONTRATADO deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), em Maceió.

7.4.1. Caso não haja assistência técnica autorizada/especializada do fabricante no município de Maceió, poderá ser indicada assistência fora do município, porém os custos para o envio e retorno do equipamento correrão por conta do CONTRATADO.

8. DA EMBALAGEM

8.1 O manuseio, embalagem, transporte, carga/descarga e seguros dos equipamentos será de responsabilidade e custos do fornecedor.

9. DO FORNECIMENTO E ENTREGA

9.1. O fornecimento dos produtos será feito de forma única, no prazo máximo de até **15 dias úteis**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

9.2. Este Tribunal considera como imediata a entrega realizada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da ordem de fornecimento.

9.3. Os pedidos serão feitos mediante **ordem de fornecimento** a ser emitida pelo Gestor/Fiscal do contrato, nos casos em que haja a possibilidade de substituição do contrato.

9.3.1. Nos demais casos, será lavrado o contrato, que será assinado pela Autoridade Competente.

a) Sendo a ordem de fornecimento emitida, na falta do Gestor/Fiscal do contrato, pela Diretoria Administrativa.

9.4. O solicitado deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no item 04 deste Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Os produtos deverão ser entregues no Setor de Médico-Odontológico, localizado na Av. Fernandes Lima, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 14h.

9.5.1. Devem ser de boa qualidade e estar em perfeito estado e em plenas condições de uso, sendo eles de primeiro uso.

9.5.2. **Todos os itens** que possuam validade indeterminada devem apresentar prazo de garantia mínima de 03 (três) meses ou o prazo fornecido pelo fabricante.

9.6. A **Nota Fiscal** apresentada pela execução do objeto deverá:

a) identificação individualizada dos produtos fornecidos;

b) Identificação, quando cabível, do período a que se refere.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. Os produtos serão recebidos:

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega, pelo Fiscal/Gestor, para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações;

b) **Definitivamente**, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo Fiscal/Gestor, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações constantes no Contrato e de seu bom funcionamento.

b.1) Não estando os produtos em conformidade com as especificações, o CONTRATADO será comunicado imediatamente, para que proceda a substituição, em um prazo máximo a 3 (três) dias úteis.

10.2. Na falta do Fiscal/Gestor da Ata os recebimentos, descritos no subitem anterior, serão realizados pelo Setor Médico e Odontológico.

10.3. Aceitos os produtos, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

10.4. O aceite dado pelo TCE-AL não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificados

posteriormente, garantindo-se ao TCE-AL as faculdades previstas no art. 18 da lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11. OBRIGAÇÕES DO TCE-AL

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO de acordo com as cláusulas da Ata/contrato, ou do instrumento que o substituir, e nos termos de sua proposta.

11.2. Notificar o CONTRATADO da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção.

11.3. Manifestar-se, através do Fiscal/Gestor, formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e eventuais revisões dos contratos que dela venham a advir, bem como revisões de preços.

11.4. Não efetuar modificações de qualquer natureza nas especificações dos produtos, salvo em nos casos previstos na legislação aplicável.

11.5. Publicar o extrato do Contrato, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL.

11.6. Efetuar o pagamento, no prazo e nas condições indicados este Termo de Referência, comunicando ao CONTRATADO quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

11.7. Receber os produtos, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal/fatura.

11.8. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos em conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

11.9. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

11.10. Fiscalizar para que, durante toda a vigência do Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificações exigidas.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. Entregar produtos de boa qualidade, em perfeito estado e em plenas condições de uso, sendo eles de primeiro uso, nas quantidades solicitadas, dentro dos padrões estabelecidos por este Termo de Referência e pela legislação pertinente.

12.2. Apresentar ao TCE-AL, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o local de execução do objeto.

12.3. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do TCE-AL.

12.4. Assumir inteira responsabilidade pela perfeita entrega do objeto e cumprimento dos prazos e especificações técnicas aqui estabelecidas.

12.5. Comunicar ao Fiscal/Gestor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

12.6. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do TCE-AL.

12.7. Efetuar a troca, dentro do prazo estipulado, dos componentes que estiverem em desacordo com as especificações e condições aqui estabelecidas ou que apresentem algum vício, defeito ou incorreção de fabricação, sem qualquer ônus para o TCE-AL.

12.8. Não subcontratar, em hipótese alguma, o objeto deste Termo de Referência.

12.9. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

12.10. Responder integralmente pelas perdas e danos que vier a causar ao TCE-AL ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TCE-AL, com fundamento no art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12.10.1. Não será responsabilizado por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado e justificado através de comunicação escrita.

12.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao TCE-AL.

12.12. Responsabilizar-se por todos os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do fornecimento.

12.13. Responsabilizar-se por todas e quaisquer obrigações e compromissos contraídos com quem quer que seja para a fiel execução do fornecimento. Não se vinculando ao TCE-AL, a qualquer título, nem mesmo solidariamente.

12.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13, e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

12.15. Manter durante toda a vigência do Contrato das condições de habilitação.

12.16. Cumprir com as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços.

12.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

14. GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos que possam ser originados deste Contrato consistirão, mas não se resumirão, na verificação do fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido pelo Fiscal do contrato, especialmente designado pela Direção Geral, conforme atribuições a esta conferida pela Portaria nº 08/2019.

14.2. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do presente Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pelo CONTRATADO sem qualquer ônus ao TCE/AL.

15. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1 As empresas que desejarem participar do certame deverão apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

15.1.1. Para Habilitação Jurídica:

15.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

15.1.1.2. Ato constitutivo (estatuto), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

15.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.1.2. Para Qualificação Econômico-Financeira:

15.1.2.1. Certidão negativa de falência, concordata ou de recuperação judicial ou extrajudicial, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

15.1.3. Para Regularidade Fiscal:

15.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

15.1.3.2. Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede de licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

15.1.3.3. Certificado de regularidade de situação perante o INSS (Certidão Negativa de Débito – CND) e o FGTS (Certificado de regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

15.1.3.4. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal, Distrito Federal, Trabalhista do domicílio/sede da licitante.

15.2. Os Documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro, mediante conferência com os originais.

15.2.1. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente.

15.3 A falta de qualquer dos documentos exigidos neste Termo de Referência implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento deverá ser efetuado, no prazo de 15 (quinze) dias após a data consignada no termo de recebimento definitivo, através de crédito em conta corrente mediante apresentação dos seguintes documentos:

16.1.1. Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos produtos, quantidade, preços unitários e totais, conforme proposta apresentada;

16.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

16.1.3. CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

16.1.4. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

16.2. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16.3. O TCE/AL reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF n.º 1.234, de 11 de Janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

16.3.1 Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º. 123/2006, mediante comprovação da opção ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF n.º. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

16.4 O TCE/AL se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação do produto fornecido, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.

16.5 O TCE/AL poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Pregão.

16.6 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

17. ALTERAÇÃO

17.1. Caso haja contrato, ele poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, observando o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo.

18. RESCISÃO

19.1. A inexecução total ou parcial da obrigação ensejará na sua rescisão, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, com as consequências constantes no contrato ou instrumento que o substituir e as previstas em lei ou regulamento, nos casos e formas cabíveis nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, resguardadas as prerrogativas conferidas por lei.

19.2. O Contrato poderá, ainda, ser rescindida por conveniência fundamentada em interesse público do TCE-AL, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

19.3. Dar-se-á, também, a rescisão por acordo entre as partes.

19.4. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do CONTRATADO fica o TCE-AL autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração Pública Estadual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração poderá, garantida a prévia defesa e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a)** ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b)** MULTA – MORATÓRIA – o CONTRATADO ficará sujeito a multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada em reparar os defeitos apresentados nos produtos fornecidos ou substituir, às suas expensas, as peças necessárias ao seu regular funcionamento, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;
- c)** MULTA COMPENSATÓRIA – em razão da inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada em reparar os defeitos apresentados nos produtos fornecidos ou substituir, às suas expensas, as peças necessárias ao seu regular funcionamento, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;
- d)** SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e)** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o do CONTRATADO ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

20.2. O TCE-AL aplicará as demais penalidades previstas nas leis 10.520/02 e 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

20.3. A empresa que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “c”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do § 1º do art. 86 e do § 2º do art. 87, ambos da Lei de Licitações.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 Aplicam-se ao presente Termo de Referência, para dirimir quaisquer dúvidas, no que couberem:

- a)** A Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações, que tratam do processo licitatório em Geral;
- b)** A Lei Federal nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor;
- c)** A Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, que tratam da modalidade licitatória do Pregão;

- d) A Lei Estadual nº 5.237/1991, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos;
- e) O Decreto Estadual nº 29.342/2013, que dispõe sobre o Registro de Preços;
- f) O Decreto Estadual nº 4.054/2008, que regulamenta a aplicação das Sanções Administrativas de Lei 8.666/93;
- g) O Decreto Federal nº 10.024/2019, que regulamenta o Pregão Eletrônico.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

22.2. Em adoção do critério de adjudicação por menor valor por item, o TCE/AL adota o orçamento sigiloso, cujo custo estimado será instruído no Mapa Comparativo de Preços, anexo aos autos, conforme metodologia adotada nos termos da IN SLTI/MP nº 05/2014.

23. PROPOSTA DE PREÇOS

23.1. A proposta deverá:

- a) Estar impressa em papel timbrado da empresa;
- b) Não conter emendas, rasuras ou entrelinhas;
- c) Estar em idioma português, ressaltando-se as expressões técnicas de uso corrente;
- d) Estar devidamente datada e assinada;
- e) Conter além de outros esclarecimentos, que a seu critério entenda pertinentes, as seguintes informações:
 - e.1) CNPJ, endereço completo e atual da empresa, endereço eletrônico (e-mail) e Razão Social, este último se houver;
 - e.2) A marca, modelo e o nome do fabricante do(s) produto(s) ofertado(s);
 - e.3) Preço unitário e total de cada lote, expresso em real, com no máximo duas casas decimais, em algarismos e por extenso;
 - e.4) Esclarecimento de que estarão inclusos, sob responsabilidade da empresa, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, concernentes a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, impostos, taxas e outras de qualquer natureza, indispensáveis à perfeita e completa execução do objeto;
 - e.5) Forma de fornecimento: nos moldes do constante neste Termo de Referência;
 - e.6) Prazo de entrega de acordo com constante neste Termo de Referência;
 - e.7) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua entrega;

e.8) O nome do banco, número da agência e número da conta-corrente da empresa, para efeito da emissão de nota de empenho e respectivo pagamento.

23.2. Deverão ser apresentados, quando houver, juntamente com a proposta os “folders”, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos ofertados, onde constem suas especificações técnicas e caracterização, permitindo a consistente avaliação dos itens;

23.3. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta prevalecerá o menor.

24. ADJUDICAÇÃO

24.1 O objeto deste Registro de Preços será adjudicado aos vencedores dos respectivos itens, adotando-se o critério do menor preço por unidade.

25. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

25.1. Os interessados poderão contatar o Setor Médico Odontológico pelo telefone Tel.(82) 3315-5597/ 3315-5598, para dirimir quaisquer dúvidas quanto ao objeto a ser adquirido.

Maceió/AL, 04 de novembro de 2019.

LUCIMAR GUIMARÃES SANTOS PLECH
Coordenação Odontológica

SUZZANA DE VASCONCELOS BERNARDES SANTOS
Coordenação Médica

ANEXO II
PLANILHA DE DADOS DA EMPRESA

PLANILHA DE DADOS PARA PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS NECESSÁRIOS

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
E-mail	
Site internet	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	
Cart. de Identidade	
Órgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	

Empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL?

() Sim () Não